DECRETO N. 2.063, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2013

Disciplina encerramento do exercício de 2013 e dá outras providências.

O Arquiteto e Urbanista **José Mauro Dedemo Orlandini,** Prefeito do Município de Bertioga, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei e,

CONSIDERANDO a conveniência em ser dada a continuidade progressiva à descentralização do poder decisório, e as atribuições de execução e controle das despesas de cada órgão da municipalidade;

CONSIDERANDO a necessidade de serem aperfeiçoadas as normas disciplinares da execução orçamentária, visando correto cumprimento do orçamento-programa, notadamente o encerramento do exercicio;

CONSIDERANDO a exigência legal da elaboração do Balanço Geral do Município compreendendo os órgãos da Administração Direta, Administração Indireta e Fundos Especiais; e,

CONSIDERANDO a necessidade de determinação de prazos e procedimentos, que devam ser cumpridos de maneira uniforme visando à tempestividade, clareza e transparência das informações constantes da referida Prestação de Contas e do Balanço Geral,

DECRETA:

CAPÍTULO I

DOS PRAZOS

Art. 1º A execução orçamentária do Município de Bertioga se encerra impreterivelmente, dentro do seguinte cronograma:

I – até 29/11/2013, serão aceitas reservas orçamentárias para compra direta; após esta data somente as que tiverem recurso financeiro ou em carater de emergencia.

II – após 29/11/2013, não será mais considerado pela Secretaria de Administração e Finanças, qualquer pedido de alteração orçamentária, exceto quando se tratar de suplementar, créditos orçamentários de pessoal e seus reflexos, dívida pública e precatórios judiciais;

III – após 13/12/2013, não serão emitidas notas de empenhos de qualquer natureza, devendo as unidades entregar as notas fiscais para a devida emissão de ordem de pagamento até 13/12/2013, após esta data será

de inteira responsabilidade do dirigente de cada órgão, e não será aceita pela contabilidade, exceto as que destinarem a reforçar as notas de empenho estimativo, emitidas para pagamento referente à pessoal e seus reflexos, bem como pagamento de dívida pública e precatório judicial, excessão somente para a secretaria de saúde e educação;

IV – As emissões de notas de empenho, para concessão de adiantamento de numerário, poderão ser liquidadas e pagas até 05 de dezembro de 2013;

V – as notas de empenho relativos às despesas com concessão de adiantamento de numerário não poderão ser inscritas em restos a pagar, devendo os responsáveis por adiantamentos, apresentarem as respectivas prestações de contas até 13 de dezembro, bem como deverão recolher os saldos remanescentes, sob pena de responsabilidade conforme previsto no artigo 6º da Lei Municipal n. 12/93.

Parágrafo único. Os dirigentes dos órgãos deverão programar as suas atividades e as suas despesas de forma a não prejudicar o encerramento do exercício financeiro.

Art. 2º Em observância ao regime de competência da despesa, somente deverão ser empenhadas e contabilizadas no exercício financeiro as parcelas de contratos e convênios com conclusão prevista até 31 de dezembro de 2013.

CAPÍTULO II
DOS RESTOS A PAGAR

Art. 3º Consideram-se Restos a Pagar as despesas legalmente contratadas, empenhadas e não pagas até 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas, conforme disposto no artigo 36 da Lei Federal 4320/64, na seguinte forma:

I – Restos a Pagar Processados, são aquelas despesas que completaram o estágio da liquidação e que se encontram prontas para pagamento; e,

II – Restos a Pagar não Processados, são as despesas que concluiram o estágio do empenho e que se encontram pendentes de lequidação e pagamento.

Art. 4º Serão inscritos em Restos a Pagar não Processados os empenhos reconhecidos pelo Ordenador da Despesa, quando o serviço ou material contratado tenha sido prestado ou entregue e que se encontre, em 31 de dezembro, em fase de verificação do direito adquirido pelo credor.

Parágrafo único. As inscrições de que trata o caput, não liquidadas impreterivelmente até 28 de fevereiro do exercicio seguinte, deverão ser canceladas pela Diretoria de Finanças após analise criteriosa da despesa.

Art. 5º É vedada a inscrição de Restos a pagar não Processados de despesas empenhadas para atendimento de:

I – adiantamento em geral;

II – despesas de exercicios anteriores;

III – despesas de pessoal em geral; e,

IV – pensões, auxilios e outros benefícios assistenciais.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bertioga, 06 de novembro de 2013. (PA n. 9156/2013)

Arq. Urb. José Mauro Dedemo Orlandini
Prefeito Municipal